

IMUNIZAÇÃO: A FALTA DE ADESÃO COMO UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

Sonia Carvalho Santana 

Mestra em Enfermagem, docente do Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA.
E-mail: sonia.carvalho@unifaema.edu.br

Leticia da Silva Consoline 

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA.
E-mail: leticiaa.consoline@hotmail.com

Katiuscia Carvalho Santana 

Especialista em Psicologia, docente do Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA.
E-mail: katiuscia.carvalho@unifaema.edu.br

Thays Dutra C. Verissimo 

Enfermeira e docente do Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA.
E-mail: enfermagem@unifaema.edu.br

Submetido: 11 fev. 2022.

Aprovado: 16 fev. 2022.

Publicado: 24 fev. 2022.

E-mail para correspondência:

sonia.carvalho@unifaema.edu.br

Este é um trabalho de acesso aberto e distribuído sob os Termos da *Creative Commons Attribution License*. A licença permite o uso, a distribuição e a reprodução irrestrita, em qualquer meio, desde que creditado as fontes originais.

Imagem: StockPhotos (Todos os direitos reservados).



Open Access

Introdução

Os serviços ofertados na atenção básica são caracterizados por um conjunto de ações de saúde voltado ao individual e coletividade, que compreende, promoção, proteção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação da saúde, visando redução de danos e a manutenção da saúde das pessoas através do desenvolvimento de uma ação integral voltada para o conhecimento dos determinantes e condicionantes de saúde ⁽¹⁾.

A atenção básica dispõe da Estratégia de Saúde da Família (ESF) que é constituída por uma equipe multiprofissional, composto por profissionais técnicos e de diferentes formações, que é responsável pelas ações fornecidas nas Unidades básicas de saúde e pela população de seu território. Dentre as atividades exercidas pela ESF, a imunização nos serviços de atenção primária à saúde é cotidiana e possui grande influência nas condições de saúde da população ⁽²⁾.

Apesar de comprovado que a imunização é a melhor forma de prevenção de doenças imunopreveníveis que estão controladas no Brasil, ou mesmo foram erradicadas, os índices de queda de cobertura vacinal são notáveis nos últimos anos, entre os principais motivos apontados pelas pessoas que optam por não vacinar estão, aspectos sociais, econômicos, e pessoais, como falta de confiança no imunobiológico devido informações incoerentes que recebem, dificuldade de acesso a rede ou mesmo vínculo com os profissionais ⁽³⁾.

Sendo que se faz necessário compreender as principais razões que podem estar induzindo a essa baixa adesão aos programas de imunização, e com isso possa ser desenvolvida ações para a mudança desse cenário ⁽⁴⁾.

Com base nesses aspectos, essa pesquisa traz como questão norteadora o seguinte problema: as implicações para saúde pública decorrente adesão comprometida em imunização.

A importância de falar sobre esse tema é imperioso. No sentido de qual seja o profissional assistente, tendo em vista que todas as questões norteadoras relacionada à falta de adesão se torna uma problemática de saúde do país. São nesses aspectos que esse estudo se justifica.

Objetivos

Abordar principais dificuldades de adesão da população ao que se refere o plano de imunização disponibilizado nas unidades básicas.

Metodologia

Esse estudo é orientado por uma revisão de literatura de caráter descritivo e exploratório a respeito da adesão em imunização. O levantamento teórico se deu de forma linear. Foram utilizadas bases de indexações como o *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e a Biblioteca Virtual em Saúde, (BVS); Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), com recorte temporal de 7 anos, visando trazer conceitos para entendimento dos serviços de imunização na atenção básica e sua realidade atualmente.

Foram selecionadas matérias que estivessem em português e dados referente a adesão de vacinas de 2016-2021, dentro do recorte temporal da pesquisa. As literaturas foram analisadas e incluídas na revisão de acordo com as demandas da pesquisa, sendo inseridas bibliografias dos anos 2018-2022 e publicadas em língua portuguesa. Os principais dados observados foram sintetizados e discutidos de maneira discursiva.

Resultados e Discussões

O Programa Nacional de Imunização (PNI) foi criado em 1973, por determinação do Ministério da Saúde, com o objetivo de coordenar as ações de imunizações que se caracterizavam, até então, pela descontinuidade e pela reduzida área de cobertura. Após a criação do PNI, houve mudanças nessa realidade, e atualmente é considerado um dos programas mais importantes para a saúde pública no Brasil sendo a capacitação de Recursos Humanos uma importante estratégia para o aperfeiçoamento e efetivação desse programa principalmente da qualidade da prestação do serviço ⁽⁵⁾.

A imunização apresenta-se como medida de prevenção primária e como intervenção de maior êxito e com o melhor custo-efetividade em relação aos impactos em doenças imunopreveníveis, promovendo significativas mudanças no perfil epidemiológico a nível mundial. Apesar das evidências em relação a aprovação e conhecimentos sobre a importância das vacinas, alguns estudos apresentam resultados contraditórios a esses conhecimentos, marcados pela baixa cobertura vacinal, principalmente nos últimos anos, o que pode gerar riscos em relação ao indivíduo e coletividade ⁽⁶⁾.

Embora o êxito das ações de imunização seja decorrente de diversos fatores, tanto quanto das instâncias gestoras envolvidas, incluindo aquisição, planejamento, infraestrutura, logística, treinamento e recursos humanos que nas diferentes atuações asseguram imunobiológicos de qualidade à população. Pesquisas que foram realizadas com grupos populacionais apresentam possíveis causas que afetam a utilização dos serviços de imunização, como determinantes sociais, atitudes e os conhecimentos dos usuários quanto à

vacinação, a localização geográfica das unidades de saúde em relação à residência dos usuários e a relação interpessoal estabelecida entre a população e os profissionais que atuam na Atenção Primária à Saúde (APS), o que inclui um quesito subjetivo que é o nível de satisfação ou insatisfação dos usuários com o atendimento recebido ⁽⁶⁾.

Além dos possíveis fatores responsáveis pela falta de adesão ao sistema de imunização, outras causas também são estudadas como, falta de estrutura das cidades para gerir o sistema de imunização, recusa dos pais a levarem seus filhos para vacinarem. Outro fator de grande relevância para uma possível causa é a interação com os meios tecnológicos estarem maior nos últimos anos, mesmo com todos os benefícios advindos com a tecnologia, concomitantemente existem os malefícios dessas informações que são disseminadas de forma muito mais rápidas, as chamadas Fake News, que são compartilhadas por pessoas que não checam a veracidade da notícia, fazendo com que movimentos antivacinas persistam e por consequência haja diminuição na cobertura vacinal ⁽⁷⁾.

Essa realidade no cenário nacional já possui marcas, como no ano de 2016 ao qual foi registrado o menor número de imunizações no país, 84%, sendo que o recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é de 95%. O risco dessa queda é a criação de pessoas suscetíveis a doenças que já foram erradicadas no país ⁽⁸⁾.

Relacionado a rotina das salas de vacina, se faz necessário que a equipe de enfermagem propicie atenção à vacina segura, acolhimento da população e criação de vínculo, com isso as pessoas podem se sentir mais acolhidas e seguras para receber a imunização. Fazendo com que haja maior adesão e redução de mortalidade por doenças imunopreveníveis ⁽⁹⁾.

A vacinação obrigatória não é uma novidade no Brasil. Leis como a 6.259, de 1973 já afirmaram o dever que têm os pais de, ao bem da saúde dos filhos, promover a sua imunização. No mesmo sentido é o Estatuto da Criança com Deficiência, no Art.14, §1º. O direito a vacina é capitulado no âmbito do direito fundamental à saúde. É indiscutível a intervenção preventiva dos imunizantes, haja vista a comprovação de sua eficácia na diminuição da morbimortalidade de doenças imunopreveníveis. A cobertura vacinal busca proteger não somente a saúde de maneira individual, mas também evitar a transmissão de doenças infectocontagiosas que são uma ameaça à saúde pública, em proteção ao interesse coletivo de toda comunidade ⁽⁹⁾.

O ambiente global de propagação da pandemia se mostrou bastante complexo, testando a capacidade de organização e colaboração entre diversos países. A pandemia também impôs imensa necessidade de adaptação e aprimoramento dos serviços de saúde no que concerne ao objetivo de prover um cuidado seguro para o paciente. A taxa de incidência de Covid-19 e as taxas de mortalidade por esta doença ainda se encontram em patamares elevados, embora apresentem diminuição consistente. Apesar da possibilidade de que surjam novas variantes não sensíveis às vacinas disponíveis, pode-se vislumbrar um novo cenário em que a doença se configure como endêmica, requerendo respostas específicas dos serviços de saúde na sua convivência com outras demandas rotineiras que eventualmente se coloquem ⁽¹⁰⁾.

A Psicologia destaca-se por ser uma profissão que prima pelo cuidado com o outro, é onde as dores, angústias e preconceitos sofridos possam ser ouvidas em um lugar acolhedor.

Pelo tema vacina estar inserida em questões decorrente de medo, a psicologia se propõe a ser um espaço de acolhimento, para entender como as interpretações frente a imunização e violências e preconceitos sofridos por essa população podem ser danosos para a saúde mental. Além de se colocar como instrumento de escuta, o psicólogo deve sempre buscar escutar, acolher e cuidar ⁽¹⁰⁾.

Conclusão

O sistema de imunização juntamente com o PNI e adoção dele nos serviços de saúde trouxe grandes evoluções para o histórico de doenças imunopreveníveis no país. Porém, nos últimos anos estão sendo cada vez mais marcados a baixa aderência ao esquema vacinal, desde a primeira infância, como foi citado nesse trabalho a possíveis apontamentos para essa realidade se faz como marca presente das Fake News, e concomitantemente das instâncias gestoras envolvidas.

Torna-se necessários estudos aprofundados das reais causas desse problema de saúde pública, pois apenas algumas pessoas infectadas, junto com pessoas não imunizadas pode gerar um surto de doenças antigas que já foram controladas. Sugere-se pesquisas com grupos diferentes na população para identificação real do problema que está decorrendo esse cenário. Com isso, esse trabalho pode ser utilizado como instrumento para pesquisas futuras e melhor entendimento do problema de saúde pública abordado no mesmo, bem como o enriquecimento que profissionais de outras áreas do saber, a exemplo da psicologia seriam bem-vindas ao enfrentamento da temática.

Palavras-chave: Cobertura de Imunização. Imunizações. Programa Nacional de Imunizações (PNI).

Referências

- 1 Ribeiro AA et al. Interprofissionalidade na atenção primária: intencionalidades das equipes versus realidade do processo de trabalho. Escola Anna Nery [online]. 2022, v. 26 <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0141>.
- 2 Santos CC. Imunização na atenção básica: proposta de um plano de intervenção. Universidade Federal de Minas Gerais, Corinto, 2014. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/5287/1/4525.pdf>.
- 3 Lemos PL et al. Factors associated with the incomplete opportune vaccination schedule up to 12 months of age, Rondonópolis, Mato Grosso. Revista Paulista de Pediatria [online]. 2022, v. 40. <https://doi.org/10.1590/1984-0462/2022/40/2020300>.
- 4 Succi RCM. Recusa vacinal - que é preciso saber. J. Pediatr. (Rio J.), Porto Alegre, v. 94, n. 6, p. 574-581, dezembro de 2018.



5 MINISTÉRIO DA SAÚDE. SI-PNI - Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações. [s.d]. Disponível em: <http://pni.datasus.gov.br/apresentacao.asp>.

6 Duarte DC; et al. Acesso à vacinação na Atenção Primária na voz do usuário: sentidos e sentimentos frente ao atendimento. Esc. Anna Nery 23 (1), 2019.
<https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2018-0250>.

7 Corrêa SMC; et al. As possíveis causas da não adesão à imunização no Brasil: uma revisão de literatura. Revista Eletrônica Acervo Saúde, Vol. 13(3), 2021.
<https://doi.org/10.25248/REAS.e7030.2021>.

8 Cruz A. A queda da imunização no Brasil. Revista CONSENSUS, 7(3): 20-9, 2017.

9 Barbieri, CLA; Couto, MT; Abujamra FM. A (não) vacinação infantil entre a cultura e a lei: os significados atribuídos por casais de camadas médias de São Paulo, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 1-11, 2017.

10. Portela MC, Reis LGC, Lima, SML, eds. Covid-19: desafios para a organização e repercussões nos sistemas e serviços de saúde [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2022, 472 p. Informação para ação na Covid-19 series.
<https://doi.org/10.7476/9786557081587>.